

**REUNIÃO DA COMISSÃO JURÍDICA
REUNIÓN DE LA COMISIÓN JURÍDICA**

**CONVENÇÃO MULTILATERAL IBEROAMERICANO DE SEGURANÇA SOCIAL
CONVENIO MULTILATERAL IBEROAMERICANO DE SEGURIDAD SOCIAL**

**ATA DA II REUNIÃO DA COMISSÃO JURÍDICA DA CONVENÇÃO MULTILATERAL
IBEROAMERICANA DE SEGURANÇA SOCIAL
ACTA DE LA II REUNIÓN DE LA COMISIÓN JURÍDICA DEL CONVENIO MULTILATERAL
IBEROAMERICANO DE SEGURIDA SOCIAL**

1. Os integrantes do Grupo Técnico da Comissão Jurídica constituído pelo Comitê Técnico Administrativo da Convenção Multilateral Iberoamericana de Seguridad Social, com a participação dos representantes da OISS se reuniram na cidade de Brasília, em 10 de dezembro de 2014.

1. Los miembros del Grupo Técnico de la Comisión Jurídica constituido por el Comité Técnico Administrativo del CONVENIO MULTILATERAL IBEROAMERICANO DE SEGURIDAD SOCIAL, con la participación de los representantes de la OISS se reunieron en la ciudad de Brasília, el 10 de diciembre de 2014.

2. A lista de membros encontra-se em Anexo.

2. La lista de los miembros está en Anexo.

3. Iniciou-se a reunião com a apresentação dos componentes da Comissão passando em seguida à discussão:

3. Empezó la reunión con la presentación de los miembros de la Comisión y luego la discusión:

I – Artigo 13.1 da Convenção (informe de Espanha)

A Espanha entende que a totalização pode ser realizada mesmo quando a pessoa reúna tempo de seguro, contribuição ou emprego suficiente para ter direito à prestação sem ser necessário proceder à totalização dos períodos, posição igualmente partilhada pelo Uruguai, Portugal e Brasil.

O Chile entende que a totalização somente pode ser realizada por quem não tenha o tempo suficiente de seguro, contribuição ou emprego mínimos para o acesso a uma prestação autónoma (sem totalização).

Por proposta de Portugal, a Comissão decidiu que os países apresentarão exemplos concretos que possam demonstrar que a totalização pode ser mais benéfica para a pessoa que já reuniu as condições requeridas pela legislação para ter direito às prestações, sem que seja necessário recorrer à totalização de períodos. Os exemplos devem ser remetidos aos outros países, por meio da Secretaria Geral da OISS.

I – Artículo 13.1. del Convenio (informe de España)



España entiende que la totalización puede ser realizada aunque la persona reúna tiempo de seguro, cotización o empleo suficiente para tener derecho a la prestación sin que sea necesario recurrir a la totalización de los períodos, posición igualmente compartida por Uruguay, Portugal e Brasil.

Chile entiende que la totalización solamente puede ser realizada por quién no tenga el suficiente tiempo de seguro, cotización o empleo mínimo para el acceso a una prestación autónoma (sin totalización).

Por propuesta de Portugal, la Comisión decidió que los países presentarán ejemplos concretos que puedan demostrar que la totalización puede ser más beneficiosa para la persona que ya ha reunido las condiciones exigidas por la legislación para tener derecho a las prestaciones, sin que sea necesario recurrir a la totalización de períodos. Los ejemplos deben ser enviados a los otros países, por medio de la Secretaria General de la OISS.

II – Artigo 13.3 da Convenção (Informe de Uruguai)

A Comissão resolveu sugerir ao Comitê Técnico Administrativo que interprete a expressão "período máximo requerido" do art. 13.3. da Convenção como sendo o tempo máximo de seguro, contribuição ou emprego requerido pela legislação de cada país para a concessão de uma prestação, a partir do qual o acréscimo de tempo não produz nenhum incremento no valor da prestação.

II – Artículo 13.3 del Convenio (Informe de Uruguay)

La Comisión resolvió sugerir al Comité Técnico Administrativo que interprete la expresión "período máximo requerido" del art. 13.3 del Convenio como el tiempo máximo de seguro, cotización o empleo requerido por la legislación de cada país para la concesión de una prestación, a partir del cual la suma de tiempo no produce ningún incremento en el importe de la prestación.

III – Aplicação de normas das Convenções Bilaterais (mais favorável) quando se solicita a prestação pela Convenção Multilateral

A Comissão resolveu sugerir ao Comitê Técnico Administrativo que interprete que a norma mais favorável prevista numa Convenção bilateral ou multilateral somente pode ser utilizada na concessão de uma prestação por meio da Convenção Multilateral Ibero-Americana de Segurança Social quando a referida norma também puder ser aplicada no âmbito da própria Convenção Bilateral ou Multilateral, ou seja, quando a pessoa também tenha direito à prestação por meio da Convenção bilateral ou multilateral.

III – Aplicación de normas de los Convenios Bilaterales (más favorables) cuando se solicita la prestación por el Convenio Multilateral.

La Comisión resolvió sugerir al Comité Técnico Administrativo que interprete que la norma más favorable prevista en un Convenio bilateral o multilateral solamente puede ser utilizada en la concesión de una prestación por medio del Convenio Multilateral Iberoamericano de Seguridad Social cuando la referida norma también pueda ser aplicada en el ámbito del propio Convenio Bilateral o Multilateral, o sea, cuando la persona también tenga derecho a la prestación por medio del Convenio bilateral o multilateral.



IV – Art. 8. da Convenção (Informes de Brasil e Paraguai)

A OISS informou que incorporou os informes enviados pelo Brasil e Paraguai, no que se refere ao art. 8. da Convenção, faltando apenas o envio dos informes de Portugal e Equador.

IV – Art. 8 del Convenio (informes de Brasil y Paraguay)

La OISS informó que ha incorporado los informes remitidos por Brasil y Paraguay, respecto al art. 8. del Convenio, faltando solo el envío de los informes de Portugal y Ecuador.

V – Questões jurídicas relacionadas à transferência eletrônica de dados.

Os países deverão apresentar as questões jurídicas relacionadas com a transmissão eletrônica de dados por meio do fórum de debates criado pela OISS até 31 de março de 2015.

V – Cuestiones jurídicas relacionadas con la transmisión electrónica de datos.

Los países deberán plantear las cuestiones jurídicas relacionadas con la transmisión electrónica de datos por medio del foro de debates creado por la OISS hasta el 31 de marzo de 2015.


VI – Funcionamento do Fórum de Debate

A OISS informou que concluiu o desenvolvimento do fórum de debate e que nos próximos dias estará disponível no seu site – www.oiss.org.

VI – Puesta en marcha del foro de debate

La OISS informó que concluyo el desarrollo del foro de debate y que en los próximos días estará disponible en su sitio – www.oiss.org.

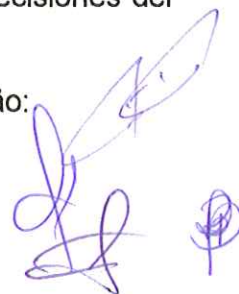
VII – Outros assuntos

A Comissão resolveu sugerir que o Comitê, por meio da Secretaria Geral da OISS, publique as resoluções das questões administrativas ou de interpretação da Convenção na forma de "Decisões do Comitê Técnico Administrativo", e que as próximas decisões do Comitê Técnico sejam publicadas dessa mesma forma. 

VII – Otros asuntos

La Comisión resolvió sugerir que el Comité, por medio de la Secretaria General de la OISS, publique las resoluciones de las cuestiones administrativas o de interpretación del Convenio en la forma de "Decisiones del Comité Técnico Administrativo" y que las próximas decisiones del Comité Técnico sean publicadas del mismo modo.

4. A Comissão apresentou como pontos de estudo e debate na próxima reunião:



- a) Apresentação e análise de casos concretos em que se verifique a existência de prestações mais elevadas recorrendo à totalização no âmbito das situações debatidas no ponto 1 da presente Ata, a submeter à Secretaria Geral da OISS até 31 de março de 2015;
- b) Continuação do debate a respeito do art. 13.1.a da Convenção (Espanha);
- c) Questões jurídicas relacionadas à transmissão eletrônica de dados, que deverão ser apresentadas no fórum de debate até 31 de março de 2015;
- d) Questões jurídicas relacionadas com a utilização dos formulários das Convenções Bilaterais e os formulários da Convenção Multilateral Ibero-Americana de Segurança Social no âmbito das disposições mais favoráveis previstas no art. 8. da Convenção, a submeter à Secretaria Geral da OISS até 15 de abril de 2015, após o que a OISS as remeterá, o mais rapidamente possível, aos demais países (Chile e Espanha).

4. La Comisión planteó como puntos de estudio y debate en la próxima reunión:

- a) Presentación y análisis de casos concretos en que se verifique la existencia de prestaciones más elevadas recurriendo a la totalización en el ámbito de las situaciones debatidas en el punto 1 de la presente Acta, a someter a la Secretaria General de la OISS hasta el 31 de marzo de 2015;
- b) Continuación del debate respecto del art. 13.1 del Convenio (España);
- c) Cuestiones jurídicas relacionadas con la transmisión electrónica de datos, que deberán ser planteadas en el foro de debate hasta el 31 de marzo de 2015;
- d) Cuestiones jurídicas relacionadas con la utilización de los formularios de Convenios bilaterales y los formularios del Convenio Multilateral Iberoamericano de Seguridad Social en el ámbito de las disposiciones más favorables previstas en el art. 8 del Convenio, a someter a la Secretaria General de la OISS hasta el 15 de abril de 2015, después la OISS las remitirá, lo más rápidamente posible, a los demás países (Chile y España).

5. A próxima reunião ocorrerá no dia anterior à reunião do Comitê Técnico Administrativo.

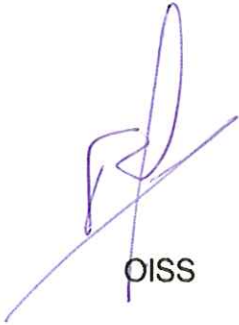
5. La próxima reunión tendrá lugar el día anterior a la reunión del Comité Técnico Administrativo.

6. Com as deliberações realizadas a reunião foi encerrada.


6. Con las deliberaciones realizadas la reunión fue cerrada.

Brasília, 10 de dezembro de 2014.

Brasília, 10 de diciembre de 2014.



OISS

Amor fern
Amor. S
Paulo Edison


BRASIL



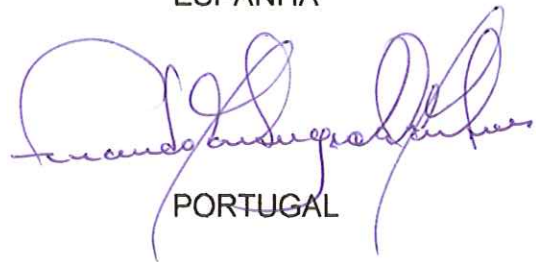
CHILE



ESPANHA



PARAGUAI



PORTUGAL



URUGUAI